

REDEMOCRATIZAÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO EM PORTO ALEGRE: O PROJETO ESPAÇO URBANO ESPAÇO ARTE

Dr. José Francisco Alves*

Resumen:

O artigo discorre sobre o projeto de arte pública *Espaço Urbano Espaço Arte*, que ocorreu em Porto Alegre após a redemocratização do país, com o retorno das eleições diretas para prefeito das capitais dos estados, em 1985.

A característica que marcou a arte pública da capital do Rio Grande do Sul com a redemocratização do país foi a presença no espaço urbano da arte contemporânea, por meio de concursos abertos aos artistas, como forma de dotar a paisagem urbana de status cultural e para propiciar o acesso à população às novas linguagens artísticas.

Palavras-Chave: Cidade de Porto Alegre, Arte Pública, Arte Contemporânea, Projeto Espaço Urbano Espaço Arte, Gestão Cultural Pública

Abstract:

The article discusses the public art project *Urban Space / Art Space*, that was carried out in the city of Porto Alegre following the democratization of the country, with the return of democratic elections for mayor of the state capitals in 1985.

The characteristic that marked the public art in the capital of Rio Grande do Sul, with the democratization of the country, was the presence of contemporary art in the urban space, by open calls to artists, in order to provide the urban landscape the cultural status and providing access to new artistic languages to the population.

Keywords: City of Porto Alegre, Public Art, Contemporary art, Project *Urban Space / Art Space*, Public Cultural Management

*Professor de escultura do Atelier Livre da Prefeitura de Porto Alegre



O Brasil passou por um regime ditatorial militar a partir de 31 de março de 1964, com o golpe de estado que depôs o presidente João Goulart. Foi a mais duradoura das típicas ditaduras militares sul-americanas do contexto da Guerra Fria dos anos 1960-1970, impostas para frearem as influências políticas populares e/ou de esquerda que cresciam no continente. Porém, há que se mencionar que a ditadura militar brasileira não tomou as dimensões de genocídio que o terrorismo de estado impôs em países como a Argentina e o Chile.

O final da Ditadura Militar no Brasil tem como marco a eleição indireta, pelo Congresso Nacional, do presidente Tancredo Neves, a 15 de janeiro de 1985. Neves morreu de doença antes de assumir, e o primeiro presidente civil desde 1964, afinal, foi o seu vice eleito, José Sarney (mandato 1985-1989), que até bem pouco tempo antes do pleito havia sido um dos políticos que sustentaram o regime militar.

Em 15 de novembro do mesmo ano, foram realizadas as primeiras eleições diretas para as prefeituras das capitais dos estados. As eleições anteriores havia sido realizadas em 1961. Em Porto Alegre, foi eleito para um mandato excepcional, de apenas três anos (1986-1988), Alceu Collares, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), agremiação herdeira do chamado “trabalhismo”, ideário dos presidentes Getúlio Vargas e João Goulart. Nas eleições seguintes, em 15 de novembro de 1988, foi eleito para prefeito o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), o bancário e sindicalista Olívio Dutra, partido fundado em 1980 como uma agremiação operária de esquerda. Em Porto Alegre, o PT instaurou a denominada “Administração Popular”, que governou a capital gaúcha (estado do Rio Grande do Sul) entre 1.º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 2004, com quatro eleições sucessivas, algo que jamais havia acontecido no Brasil, em uma capital de estado, fato que também nunca se repetiu.

No plano cultural, a “Administração Popular” deu corpo à Secretaria Municipal da Cultura/SMC (criada em 1988), colocando em prática fundos de financiamento direto (o Funcultura; o Fundo para a restauração e conservação do patrimônio histórico e artístico; o Funproarte). Em pouco tempo, a SMC passou a contar com recursos significativos, de cerca 1,5% do orçamento municipal. Os fundos passaram também a agilizar a execução das despesas das atividades culturais, que dinamizaram a arte e a cultura como nunca antes.

Em 1991, com quase três anos à frente da Prefeitura, a “Administração Popular”, por meio da SMC, criou um projeto de arte pública inédito no Brasil, até hoje sem similar, o **Espaço Urbano Espaço Arte**. Foi organizado visando dois objetivos principais: dotar a paisagem urbana de um *status* cultural e possibilitar à população o acesso à arte. A instauração deste projeto foi um fato notável, pois propiciou aos ar-





tistas, por meio de concurso, a oportunidade de instalar seus trabalhos em espaços da cidade. As obras de arte não tinham caráter comemorativo (monumento), eram o “próprio trabalho” de ateliê do artista, com a condição de poderem compor com o ambiente, as praças, jardins ou parques.

De fato, para a realidade cultural local, a simples colocação de obras de arte ao ar livre foi algo inovador e, ao mesmo tempo, democrático. À época, enquanto a estatuária já compunha um acervo histórico significativo e a arte de cunho modernista havia chegado ao espaço público porto-alegrense vinte anos antes; ambas produções, construídas sob a iniciativa de poderosas iniciativas estatais, oficiais. A arte contemporânea, porém, estava afeta a precários espaços culturais e a um número de galerias de arte em franco encolhimento. Assim, a arte com as formas e os anseios do presente era, em 1991, a novidade daquele momento para o espaço público. O aspecto democrático era evidente no sentido de uma ocupação do espaço urbano não mais por homenagens “oficiais”, mas pela decisão de artistas atuantes em proporem obras suas, sendo as mesmas escolhidas por comissões majoritárias de agentes culturais e artísticos. Sem dúvida, constituía-se em mudança significativa de paradigmas.

A arte contemporânea não só chegou às ruas com o *Espaço Urbano Espaço Arte*, como este projeto impingiu mudanças importantes às incessantes homenagens e efemérides erigidas por meio de monumentos públicos. O projeto, assim, influenciou a estas comemorações no sentido de que as mesmas fossem precedidas por concurso, sob comissão com a participação de especialistas em arte, e tendo como trabalhos escolhidos obras de arte com linguagem contemporânea.

Entre os doze trabalhos do projeto *Espaço Urbano Espaço Arte*, podem ser citados: *Para namorar ao pôr-do-sol* (1993), de Maria Tomaselli Cirne Lima, na praia de Ipanema; o cubo de pedras (1992) de Fernando Limberger; *O Túnel do Túnel* (1996),

de Tina Felice. Entre os monumentos inspirados nos procedimentos desse projeto, destacam-se: o *Memorial a Chico Mendes* (1992); *O Monumento aos mortos e desaparecidos do regime militar* (1995); o *Monumento a Zumbi* (1997).

O período de vigência do projeto *Espaço Urbano Espaço Arte*, entre 1991 e 2002, coincidiu com o período de ascensão e apogeu da “Administração Popular”, cujo ápice foi a realização do 1.º Fórum Social Mundial (2001), o qual apresentou Porto Alegre como um modelo de cidade e democracia para o mundo. Em muito pouco tempo, porém, a capital gaúcha degradou-se e o PT perdeu duas eleições sucessivas (2004 e 2006), para o mesmo candidato do PMDB, José Fogaça, um partido que no Rio Grande do Sul tem perfil de centro.

O abandono do projeto *Espaço Urbano Espaço Arte* deu-se em 2002, pelo próprio governo que o criara, a “Administração Popular”. Àquela altura, o Partido dos Trabalhadores já não era tão inquieto e idealista quanto nas suas primeiras experiências de governo, assim como, o PT estava à frente, nesse mesmo ano, também no governo do Rio Grande do Sul (Olívio Dutra) e o Brasil elegia o ex-sindicalista Lula como presidente do país, na quarta eleição sucessiva que concorreu à presidência. O último concurso *Espaço Urbano Espaço Arte* foi realizado em 2002, e teve como projeto vencedor um mural cerâmico da artista Zoé Degani. Porém, o trabalho não foi realizado pela prefeitura. Foi executado somente em setembro de 2009, dois governos depois. Em 2004, inaugurou-se o último concurso para monumento que teve o seu resultado ligado à experiência do projeto *Espaço Urbano Espaço Arte*, o *Monumento aos Cem Anos da Imigração Judaica Organizada no Rio Grande do Sul*, do artista André Venzon.

Os motivos do abandono do projeto *Espaço Urbano Espaço Arte* pela “Administração Popular” podem ser entendidos sob várias maneiras, mas, como vimos, coincidiu com a ascensão do PT a níveis de poder impensáveis anos antes, em outras esferas (estadual, federal). O PT de Porto Alegre, assim, esvaziou-se de quadros (militantes) políticos-administrativos “históricos”, o que tirou do governo da capital gaúcha os seus principais gestores; ao mesmo tempo, coincidiu com a queda vertiginosa da qualidade das políticas e serviços públicos, com a diminuição de recursos e o endividamento da prefeitura. Isso tudo, porém, na contramão das demais capitais dos estados.

O projeto *Espaço Urbano Espaço Arte* foi o retrato de um momento. Foi um resultado do clima de sucesso de um primeiro governo pleno (de quatro anos de mandato) na cidade de Porto Alegre, após a reabertura política no Brasil. Esse governo municipal, por meio de um partido jovem no país (PT), soube conquistar o povo da capital gaúcha com o idealismo de suas propostas e as novas perspectivas de se realizar, na prática, a boa gestão pública. Os artistas se sentiram parte disso e reivindicaram seu espaço nas ruas, praças e parques. Dessa experiência do modesto — mas único — projeto *Espaço Urbano Espaço Arte*, restaram obras de arte instigantes e monumentos em linguagem arrojada, muito diferente do que se observa em temas de arte pública no restante da América latina. Em março de 2012, completar-se-ão vinte anos da inauguração das primeiras quatro esculturas do projeto *Espaço Urbano Espaço Arte*.